

## **O MUSEU NACIONAL: HISTÓRIA, BIOLOGIA E CIÊNCIA**

Samira Peruchi Moretto\*

DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, no início do século XX, era composto por um grupo de cientistas que se destacaram por modificar o cenário dessa instituição. Foi por meio desses pesquisadores que o Museu recriou suas práticas e aproximou diferentes áreas do conhecimento, partindo do argumento que a biologia era um saber decisivo na solução dos problemas políticos e sociais do Brasil. Esse é o tema do livro *A Biologia Militante*, que foi lançado no dia 10 de dezembro de 2010 e integra a coleção do Instituto de Estudos Avançados e Transdisciplinares (IEAT), da Universidade Federal de Minas Gerais.

A obra foi produzida pela doutora Regina Horta Duarte, que pesquisa temas relacionados à História do Brasil Império e República. Atualmente, seu principal foco de estudo é história e natureza e história da biologia. A autora é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais e editora-chefe da revista da SOLCHA (*Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental*).

O livro *Biologia Militante* ganha destaque por apresentar a emergência da biologia dentro da sociedade brasileira entre os anos 1926 e 1945. Nessa obra, Regina Duarte analisou com destreza um amálgama de fontes, que variaram entre notícias de periódicos, documentação oficial, atas de reuniões, legislação, iconografias, assim como também diversas obras publicadas no período estudado.

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e bolsista do CNPq. E-mail: samiraperuchimoretto@yahoo.com.br

A autora leva em consideração que escrever história é descobrir agentes sociais, que agem no seu tempo, movidos por diferentes interesses e que criam algo novo mediante os desafios que lhe são contemporâneos. Dessa forma, visualizou que dentro do Museu Nacional destacaram-se três ‘ilustres membros’, responsáveis pela prática de novas ações científicas e pedagógicas. Foram eles: o aracnólogo Cândido Mello Leitão, o fitobotânico Alberto José de Sampaio e o antropólogo Edgar Roquette-Pinto. Esses três estudiosos aparecem em destaque na obra por dialogarem com a sociedade a qual eram contemporâneos, não apenas por destacarem problemas, mas também por apontarem soluções. Foram eles contribuintes e divulgadores do conhecimento, adentraram no jogo político, segundo a autora, tentando vê-lo a favor da prática de seus projetos.

O Governo Provisório de Vargas acolheu e subsidiou algumas das iniciativas do Museu Nacional desde meados da década de 1920. O Museu Nacional apresentou-se local de divulgação científica e iniciativas pedagógicas que iam ao encontro das propostas governamentais vigentes, sendo que o ano de 1926 foi escolhido pela autora por pontuar o início da gestão de Roquette-Pinto como diretor da instituição. Já o ano de 1945, escolhido por ter sido a data da última viagem de Mello Leitão como representante cultural do governo brasileiro em missão na América Latina, simbolizou o ápice de seu reconhecimento internacional e nacional em aracnologia.

A obra é composta por 218 páginas, divididas em três capítulos. O primeiro deles, *A voz mais alta da Biologia*, foi norteado por duas perguntas feitas pela autora: Por que foi possível ao Museu Nacional lançar-se à constituição de uma estratégia de revigoramento de sua presença no cenário político nacional? Quais as razões dos sucessos de seus cientistas na aproximação com os poderes políticos instituídos após 1930, no Governo Provisório de Getúlio Vargas?

As respostas de tais questões são apresentadas no decorrer do capítulo, que inicia com a apresentação de um anteprojeto desenvolvido por Mello Leitão, Roquette-Pinto e Sampaio. O trabalho pretendia orientar futuras mudanças na legislação referente à regulamentação da caça, haja vista que estava sendo notada uma rarefação da fauna silvestre no Brasil. O anteprojeto, que era composto por 24 páginas, não pretendia proibir a caça, mas sim regulamentá-la. O texto tornou-se importante por apresentar um diferencial: foi publicado no Diário Oficial da União, em 1932, aberto a sugestões visando a torná-lo um decreto.

A autora levanta questões sobre as caçadas no início do século XX, mostrando que eram importantes para sobrevivência dos sertanejos, que dependiam dos animais para alimentação. Por esse fato, as caçadas se tornavam um assunto relacionado com a saúde pública. Todavia, mostra também que as caçadas eram como um esporte; os animais mortos eram fotografados e

mostrados como troféus. O esporte era associado pelos cidadãos à nobreza e ao luxo, sendo que a pele e as penas dos animais caçados eram utilizadas como artefatos de moda na confecção de roupas e chapéus. O controle da caça, proposto no anteprojeto, influenciaria em alguns setores comerciais como a venda de armas e munições ou a indústria voltada à moda.

Na sequência, Regina Horta faz uma pertinente discussão sobre o surgimento da palavra 'Biologia', mostrando que havia uma grande diferença entre essa disciplina e a história natural. Finda suas considerações sobre as duas disciplinas acordando que: "Se a história natural foi um esteio de poder dos grandes impérios modernos, a biologia se prestou admiravelmente aos anseios nacionalistas desde fins do século XIX" (p. 35). No Brasil, a importância da biologia emergiu junto das práticas eugênicas, onde a população surgia como um problema da "biomedicina e do biopoder". Ainda no primeiro capítulo é feita a descrição mais detalhada dos cientistas Cândido Mello Leitão, Alberto José de Sampaio e Edgar Roquette-Pinto, apontando como conseguiram aliar educação e biologia e chamando, dessa forma, a atenção dos governantes.

As medidas encontradas pelos cientistas do Museu Nacional para a melhoria das práticas da nação brasileira são indigitadas no capítulo 2 *A miniatura da Pátria*. Tais cientistas acreditavam que se fosse levada a educação aos homens espalhados pelo território, eles seriam capazes de adotar as regras de higiene e os ensinamentos científicos para o combate às doenças. Suas atividades giravam em torno de contemplar tais expectativas, e uma delas foi criação da Rádio Nacional (1921) que, mesmo não sendo gerada a partir do Museu Nacional, foi dirigida por Roquette-Pinto. Grande parte dos membros da Rádio fazia parte da Academia Brasileira de Ciências (ABC), que assim como o Museu Nacional traziam no seu âmago desejos de difundir a educação e a biologia. Esse ambiente era freqüentado por profissionais e estudiosos de diferentes áreas do conhecimento trabalhando em prol do projeto científico. A autora definiu o Museu como um verdadeiro espaço multidisciplinar, levando em consideração que chamar o espaço de transdisciplinar seria um engodo ao anacronismo.

Uma vez que a Rádio Nacional afirmava-se independente em relação aos poderes comerciais e industriais, estava decididamente voltada à instrução pública. A sua programação diária incluía leituras dos jornais que circulavam na cidade, um programa voltado ao público infantil, músicas clássicas, além de uma série de cursos de história, português, inglês, francês, química, física, questões agrícolas e de higiene. As atividades da Rádio sofreram grande desfalque quando o governo pediu a desocupação do local onde estavam instaladas as aparelhagens de transmissão. Depois de um período de grande crise financeira, Roquette-Pinto doou a Rádio para o governo, com a exigência que

ela se mantivesse ligada ao Ministério da Educação, com objetivos meramente pedagógicos.

No mesmo capítulo é feito um histórico do Museu Nacional, desde a criação até meados do século XX. Durante a gestão de Roquette-Pinto ocorreram mudanças significativas para tal instituição, foi quando o Museu deixou de ser apenas um simples tesouro de coleção e surgiu a proposta de tornar o espaço um ambiente de interação com a sociedade. O pesquisador reforçava que não bastaria ao Museu organizar exposições, elas deveriam possuir um significado para os que as visitavam, e no ano de 1932 inaugurou-se o Salão Marajó, onde eram apresentados filmes, representando para época um sinal de 'modernidade'. Nesse momento da obra, a autora utiliza a iconografia para elucidar suas falas a respeito das dependências do Museu.

Ainda na gestão de Roquette-Pinto foi criada a Revista Nacional de Educação (RNE), com publicação mensal, financiada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública: contando com 96 páginas, havia em média 16 artigos. O periódico inicialmente foi criado para servir como cartilha para flora e fauna brasileira, no entanto abordou muitos outros diferentes assuntos: matemática, meteorologia, cultura antiga, antropologia, fotografia, arte e biografias. A RNE procurava também divulgar métodos revolucionários de educação. A Revista Nacional de Educação teve curta duração: 21 números veiculados em 16 volumes, publicados entre outubro de 1932 e junho de 1934.

No terceiro capítulo *Como se fazia um biólogo*, a autora enfoca a importância da biologia para o período, principalmente no jogo político daqueles anos. A figura do biólogo era constituída em uma rede de relacionamento, inserida em diferentes práticas, tanto pragmáticas quanto sociais. A autora aborda a pertinência de se falar em biologia como área do conhecimento científico no Brasil, na primeira metade do século XX. A disciplina não se consolidou de forma abrupta, mas sim serviu de instrumento para os estudiosos que privilegiaram o estudo dos seres vivos, visando a busca por respostas aos desafios impostos pelo seu tempo.

Os pesquisadores que faziam parte do Museu Nacional, após passarem por um período de turbulência, no ano de 1937, se reuniram para criar a Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, onde puderam continuar difundindo a biologia por meio da educação. A Sociedade visava a manutenção do patrimônio cultural do Museu Nacional e estava aberta a sócios que estivessem dispostos a pagar um donativo superior a 20 contos de reis. Com a idéia da fundação da Sociedade, foi criada a revista *Uiára*, que se extinguiu logo após a publicação do primeiro número. Assim como a revista, no ano de 1940 a Sociedade Amigos do Museu Nacional encerrou suas atividades.

Nesse último capítulo, a notável carreira de Mello Leitão é descrita pela a autora como um exemplo de cientista que exercia de forma exímia a

biologia. Mello Leitão obteve reconhecimento internacional, não somente por ter nomeado nove novos gêneros, mas também por ter participado de eventos e publicado diversos artigos e livros dentro e fora do Brasil. Em 1938, o zoólogo foi designado a representar o Museu de La Plata, no VII Congresso Internacional de Entomologia, em Berlim. A indicação significou uma homenagem para o maior especialista de espécies de aranhas sul-americanas. Mello Leitão continuou a se relacionar com o Museu Nacional durante toda a vida. Suas viagens e publicações lhe renderam além de reconhecimento profissional, doações ao Museu.

Na obra, foi discutida a inserção da biologia como disciplina dinâmica na sociedade brasileira por meio do Museu Nacional e seus membros entusiastas. Motivada por Marc Bloch, a autora tem consciência da importância de se precaver contra os mitos de origem e considera a existência de diferenças em relação ao passado. A autora conseguiu perceber dentro da esfera do Museu Nacional a presença de três pesquisadores que fizeram um trabalho diferenciado, pois estenderam suas práticas além dos anseios governamentais da construção de um ‘homem brasileiro’. Mesmo com dificuldades como a falta de apoio financeiro, por parte dos órgãos governamentais da época, os três pesquisadores não se limitaram e acreditaram na junção da biologia e educação para o bem comum da sociedade brasileira.

O livro *A Biologia Militante* nos faz refletir, mediante uma agradável leitura, que já havia, no início do século XX, estudiosos que estavam dispostos a dialogar com a sociedade, utilizando a biologia como peça chave na resolução de problemas cotidianos. Dessa forma “a história da biologia militante recolocou a aventura intelectual como ação criativa a construção do conhecimento como prática política, interessada e potencialmente transformadora” (p. 165).

**Resenha recebida em agosto de 2011. Aceita em agosto de 2011.**